

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 32/2014**

Período: 06/09/2014 – 12/09/2014

GEDES – Brasil

- 1- Comemorações do Dia da Independência em Brasília
- 2- Irmão de Eduardo Campos afirmou que pedirá indenização às vítimas do acidente
- 3- Comissão Nacional da Verdade apontou envolvimento de empresas com o regime militar
- 4- Clube Militar se posiciona quanto às eleições presidenciais
- 5- Marina Silva se contradiz ao se declarar contrária à revisão da Lei da Anistia
- 6- Programas superficiais para as Forças Armadas
- 7- Militares evitaram depor à Comissão Nacional da Verdade
- 8- Prefeito de Petrópolis foi cassado pelo regime militar
- 9- Militares depõem na Comissão Nacional da Verdade
- 10- Praça em frente ao antigo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna recebeu o busto de Rubens Paiva
- 11- Ministério Público Federal recebeu documentos sobre líder estudantil da Universidade de Brasília
- 12- Tribunal Regional Federal decidiu retomar o caso Rubens Paiva

1- Comemorações do Dia da Independência em Brasília

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, as comemorações do Dia da Independência do Brasil na capital federal, Brasília, movimentou o centro da cidade e contou com a participação de 30 mil expectadores. De acordo com o *Correio* um dos momentos mais aguardados pelo público, as acrobacias realizada pela Esquadrilha da Fumaça, não ocorreu este ano devido à troca de aeronaves pela Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo o periódico, a FAB está em processo de adaptação, após a troca das aeronaves Tucano T-27 pelo modelo A-29 Super Tucano em 2013. Apesar da falta das acrobacias, houve a passagem nivelada dos pilotos no desfile, com fumaça e movimentos no céu. O jornal afirmou que 2 mil militares do Exército, Marinha e da FAB desfilaram no evento e que antes do desfile houve uma apresentação da tropa de guarda militar. Outras atrações se apresentaram, como a pirâmide humana do Batalhão de Polícia do Exército e os alunos de colégios militares, além da exposição de veículos lançadores de foguete Astros 2020 e o blindado Guarani. O chefe da seção de Comunicação Social do Comando Militar do Planalto, coronel Gilberto Brevilieri, afirmou que a preparação do desfile contou com trabalho integrado das forças de defesa e de segurança pública. (Correio Braziliense – 06/09/14; Correio Braziliense – 07/09/14)

2- Irmão de Eduardo Campos afirmou que pedirá indenização às vítimas do acidente

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado Antônio Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, afirmou querer que a União e a empresa estadunidense Cessna, fabricante da aeronave na qual

Campos viajava quando ocorreu o acidente, paguem as indenizações às vítimas do voo e aos moradores afetados. A *Folha* afirmou que o pedido será apresentado ao Ministério Público Federal. Segundo o periódico, a ação tem como alvo a União, pois a base aérea de Santos, é de responsabilidade da Força Aérea Brasileira (FAB), que não deveria ter autorizado o pouso da aeronave durante o mau tempo. Em nota, a FAB afirmou que não comentará as falhas que Antônio Campos apontou, pois “à Força Aérea cabe apenas investigar o acidente para identificar os fatores contribuintes”. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/09/14)

3- Comissão Nacional da Verdade apontou envolvimento de empresas com o regime militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 08/09/14 a Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentou o resultado parcial da investigação a cerca da colaboração de empresas nacionais e estrangeiras, estatais e privadas, com o regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha* empresa como Monark, Embraer, Rhodia, Ford, General Motors, Petrobras, Philips e Volkswagen, ajudaram os órgãos do governo, denunciando trabalhadores engajados na resistência e repassando informações sobre suas atuações, principalmente dentro dos sindicatos entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Segundo a *Folha*, documentos reunidos pela CNV apontam que Volkswagen repassava aos órgãos governamentais informações sobre seus funcionários e reuniões de sindicalistas, um de seus alvos foi o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que no início dos anos 1980 começou a se destacar nacionalmente como líder sindical na região do ABC Paulista. Conforme os documentos apresentados Lula era crítico do governo militar e responsável por incentivar os trabalhadores a suspenderem o pagamento das prestações ao Banco Nacional da Habitação (BNH) como forma de protesto. Procurada para dar mais informações a Volkswagen afirmou que investigará os fatos apontados pela Comissão. Ainda durante a apresentação desses dados, a CNV afirmou que pretende ouvir as empresas acusadas de colaborar com o regime militar e segundo Rosa Maria Cardoso da Cunha, membro da comissão, uma audiência será realizada no mês de outubro, cujo um dos focos é a assistência prestada por tais empresas aos órgãos de repressão. Segundo Sebastião Neto, um dos responsáveis pela pesquisa, “tudo indica que as estatais foram usadas como laboratórios para pensar a repressão dentro das empresas”. De acordo com *O Estado*, Cunha ressaltou a responsabilidade conjunta entre civis e militares por violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e afirmou que um conjunto de provas sobre a colaboração de empresas com o regime será estudado para que se possa transformar os casos mencionados em denúncia. Entretanto, ainda não houve consenso dentro da CNV sobre o como estas empresas serão responsabilizadas, porém, isso constará no relatório final, previsto para dezembro de 2014. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/09/14; Folha de S. Paulo – Poder – 09/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/14)

4- Clube Militar se posiciona quanta às eleições presidenciais

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, um texto publicado no site do Clube Militar do Rio de Janeiro, com o título “Um fio de esperança” e assinado pelo general da reserva Clovis Purper Bandeira, com permissão do presidente da entidade, o general da reserva Gilberto Pimentel, defendeu que o país “como está não pode continuar”. Nele Bandeira elogiou e criticou à candidata à presidência da República, Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), como forma de indicar apoio a sua candidatura. O artigo definiu que a candidata é um “fio de esperança” contra a “malfadada corruptocracia instalada (...) pelo lulopetismo”. O militar afirmou que a candidata não é o ideal, pois o mais preparado seria o também candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas que “a candidatura do Aécio está morta e enterrada”. Entretanto, alguns dias após a publicação desse artigo, o presidente da entidade, o general Pimentel, publicou um novo texto esclarecendo, que apoiará Neves à presidência da República. Segundo Pimentel, o Clube Militar o considera “menos pior” dentre os candidatos à presidência e foi o único candidato convidado pela entidade para apresentar sua proposta de governo. Além disso, o general alegou que “seria total incoerência” apoiar Silva e que o título “provocativo” do texto “Um fio de esperança”, através do qual indicava apoio à candidata, tinha como objetivo “recolocar o clube na mídia”. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 11/09/14)

5- Marina Silva se contradiz ao se declarar contrária à revisão da Lei da Anistia
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a candidata à presidência da República, Marina Silva afirmou na sabatina realizada pelo portal G1, no dia 03/09/14, que é contra a revisão da Lei da Anistia (1979). Segundo *O Estado*, Silva se contradisse ao dar tal afirmação, pois em um artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 03/11/08, a então senadora afirmou que “é importante levar adiante o debate ora travado em torno da ação do Ministério Público Federal que, em última análise, quer a responsabilização de torturadores já identificados”. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/09/14)

6- Jornal afirmou que candidatos à presidência da República possuem propostas “genéricas” para defesa nacional

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os três principais candidatos a presidência da República possuem propostas “genéricas” para a defesa nacional, como modernização da frota e valorização dos militares. Segundo o jornal, a defesa é uma área que envolve projetos bilionários e não deve ser desconsiderada pelo futuro presidente. O Brasil gasta cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) com defesa, o que representa, aproximadamente, R\$ 72 bilhões, sendo 70% desse valor destinado ao pagamento de pessoal. De acordo com o coordenador do curso de Relações Internacionais das Faculdades Rio Branco, Gunther Rudzit, existe no Brasil a concepção de que as áreas militar e de segurança não dão votos. Gunther também comentou que, a ausência de ameaças externas concretas para o Brasil explica o fato de a área militar não levantar tanta preocupação de presidentiáveis e dos próprios eleitores. (Correio Braziliense – 07/09/14)

7- Militares evitaram depor à Comissão Nacional da Verdade

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o tenente da reserva José Conegundes do Nascimento se negou a comparecer para depor à Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). O tenente afirmou, em resposta escrita, que não compareceu por não colaborar “com o inimigo” e declarou à CNV que “se virem”. A Comissão optou por não acionar a Polícia Federal contra Nascimento, devido a dúvidas levantadas sobre sua sanidade. Além de Nascimento, outros quatro militares deporiam no dia 08/09/14, dos quais três apresentaram atestados médicos, incluindo o coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió, um dos chefes da repressão aos guerrilheiros do Guerrilha do Araguaia. O jornal ressaltou que Moura já havia alegado problemas de saúde em outra ocasião, evitando depor à CNV. Somente o general de brigada Ricardo Agnese Fayad compareceu, porém permaneceu em silêncio. De acordo com a *Folha*, militares acusados de cometer crimes durante o regime militar (1964-1985) acordaram em manter silêncio durante os depoimentos à CNV. Pedro Dallari, coordenador da Comissão, afirmou que o silêncio é estimulado pela recusa das Forças Armadas em reconhecer a prática de tortura e morte durante o regime. (Folha de S. Paulo – Poder – 09/09/14)

8- Prefeito de Petrópolis foi cassado pelo regime militar

De acordo o jornal *Folha de S. Paulo*, Paulo Gratacós, arquiteto e ex-prefeito da cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, faleceu no dia 03/09/14. O jornal lembrou que Gratacós teve seu cargo cassado após o endurecimento do regime militar (1964-1985) com a instauração do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) no país. De acordo com o jornal, após recusar-se a ajudar um almirante da Marinha com problemas em sua rua, Gratacós teve seu nome anunciado no rádio junto com uma série de deputados e prefeitos que também foram cassados pela junta militar que governava o país em outubro de 1969. Segundo o jornal, não se sabe se a recusa ao pedido do almirante foi o estopim de sua perseguição, porém a esposa do ex-prefeito afirmou que Gratacós foi cassado por ser contra o regime. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/09/14)

9- Militares depõem na Comissão Nacional da Verdade

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 09/09/14, o general reformado do Exército, José Antonio Nogueira Belham, prestou novo depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Neste depoimento, bem como no anterior, o general negou envolvimento na morte do ex-deputado federal Rubens Paiva durante o regime militar (1964-1985), afirmando que estava de férias na época do ocorrido. Segundo documento obtido pela CNV, Paiva foi preso no dia 20/01/1971 e levado ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na cidade do Rio de Janeiro, onde teria falecido no dia seguinte. De acordo com *O Estado*, o histórico da trajetória militar de Belham, produzido pelas Forças Armadas, mostra que o general reformado pediu férias no período compreendido entre 18/01/1971 à 17/02/1971. O documento destacou, porém, que o general recebeu diárias de alimentação no dia em que Paiva foi preso e

levado ao DOI-Codi. Quando confrontado com as informações sobre as diárias, Belham afirmou que os dados estão errados e que pedirá correção ao Exército. O coordenador da CNV, Pedro Dallari, considera a justificativa insuficiente, e afirmou que o general tem responsabilidade na morte de Paiva. Em outro depoimento à CNV, no mesmo dia, o coronel da reserva, chefe de equipe no DOI-Codi da cidade de São Paulo, entre os anos 1970 e 1971, Pedro Ivo Moézia de Lima, admitiu que agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) praticavam tortura contra presos políticos. Segundo a *Folha*, Moézia afirmou que “existem métodos mais persuasivos do que bater. Ninguém morreu ou foi assassinado no DOI-Codi enquanto estive lá. Houve, sim, morte por acidente, como ataque cardíaco”. Moézia, que era subordinado do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na época, relatou a existência de tortura contra os presos políticos, mas que eram realizadas pelas Polícias Militar e Civil de São Paulo. O depoimento foi presenciado pelo ouvidor da CNV, Adilson Carvalho, pelo assessor da comissão, André Vilaron, e por Dallari, o qual relatou que, aparentemente, Moézia não fez parte do grupo que “sujou as mãos” no DOI-Codi, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Seu depoimento, porém, é importante, pois confirmou a prática de violações aos direitos humanos durante o período. Segundo a *Folha*, em terceiro depoimento, no dia 09/09/14, o advogado da União no estado do Amapá, Carlos Orlando Fonseca de Souza, tratou da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Recrutado para o serviço militar no período, Souza afirmou não ter visto tortura e deu sua versão sobre a morte da guerrilheira Helenira Rezende em 1972, que teria recebido um tiro na perna, o que a levou à morte por hemorragia, porém, dados históricos apontaram que Rezende teria sido morta após três dias de tortura. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 10/09/14)

10- Praça em frente ao antigo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna recebeu o busto de Rubens Paiva
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Praça Lamartine Babo, localizada em frente ao local onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que atualmente abriga o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, recebeu no dia 12/09/14 o busto do ex-deputado federal Rubens Paiva, morto naquelas dependências. A homenagem, autorizada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, é uma iniciativa do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, pois o ex-deputado era graduado em engenharia. O autor do busto é o escultor Edgar Duvivier, que tem outras obras espalhadas pela cidade. O busto de bronze ficará em cima de um pedestal de granito e de acordo com o escultor, será chumbado com reforço para dificultar sua retirada. O presidente do Sindicato dos Engenheiros, Olimpio Aves dos Santos, relatou preocupação com “provocações” de setores militares e pediu ajuda da prefeitura na preservação do monumento. De acordo com o jornal, o Exército não se pronunciou. (O Estado de S. Paulo – Política – 10/09/14)

11- Ministério Público Federal recebeu documentos sobre líder estudantil da Universidade de Brasília

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entregou, no dia 09/09/14, os documentos relativos ao ex-aluno de geologia da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Honestino Guimarães ao Ministério Público Federal (MPF). A análise do material possibilitará ao MPF tomar providências, como a investigação das circunstâncias do desaparecimento de Guimarães durante o regime militar (1964-1985) e a instauração de um inquérito criminal. Em 2013, de acordo com o *Correio*, Guimarães foi anistiado e, no mesmo julgamento, determinou-se como a causa de sua morte “atos de violência praticados pelo Estado brasileiro por motivação exclusivamente política”. Segundo o presidente da Comissão de Anistia e secretário Nacional de Justiça, Paulo Abraão, não foi a primeira vez que a comissão entregou documentos à Procuradoria-Geral da República (PGR), mas esta é a primeira vez em que o fizeram espontaneamente, marcando uma nova política de cooperação entre os dois órgãos. Abraão afirmou que, a partir de agora, sempre que a comissão receber documentações que comprovem o cometimento de crimes contra a humanidade, os encaminhará à PGR. Essa mudança de postura ocorreu duas semanas após o envio, ao Supremo Tribunal Federal, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de um parecer contrário à Lei de Anistia (1979), o qual defendeu que crimes contra a humanidade são imprescritíveis e não podem ser anistiados. O procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do MPF, Ivan Cláudio Marx relatou que existem, atualmente, 200 investigações em andamento, e nove ações penais ajuizadas sobre crimes cometidos por agentes de Estado durante o regime militar. (*Correio Braziliense* – 10/09/14)

12- Tribunal Regional Federal decidiu retomar o caso Rubens Paiva

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF- 2), na cidade do Rio de Janeiro, decidiu por unanimidade restabelecer, no dia 10/09/14, a ação penal contra os militares acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) de homicídio, ocultação de cadáver, associação criminosa e fraude processual do caso do desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva, em 1971, durante o regime militar (1964-1985). A decisão descartou a alegação dos militares de que o crime prescreveu e de que era protegido pela Lei da Anistia (1979) e negou o *habeas corpus* aos cinco militares acusados pela morte e desaparecimento de Paiva. Segundo *O Estado*, com a decisão do TRF-2, o processo, que havia sido suspenso por liminar concedida pelo desembargador Messod Azulay Neto no final do mês de agosto, foi retomado por reconhecer que os crimes cometidos durante o regime militar são crimes contra a humanidade. O advogado de defesa dos acusados, Rodrigo Roca, afirmou que respeita a decisão, mas recorrerá a uma corte superior. Segundo a procuradora Silvana Batini, a primeira tese do MPF é de que a Lei da Anistia “não pode ter efeito para o futuro, não pode pretender alcançar e extinguir a punibilidade de crimes que não estivessem suficientemente exauridos na data de sua entrada em vigor”. Através de nota divulgada pelo MPF, Batini considerou a decisão histórica, uma vez que “foi a primeira vez que a Justiça brasileira reconheceu que determinados crimes cometidos durante o período

da ditadura militar configuram crimes contra a humanidade”. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 11/09/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)